

A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

A educação enquanto fenômeno social: política, economia, ciência e cultura

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: política, economia, ciência e cultura / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-531-0

DOI 10.22533/at.ed.310200911

1. Educação. 2. Política. 3. Economia. 4. Ciência e Cultura. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do novo coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como a mais eficiente medida para barrar o avanço do contágio, fizeram as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias que aproximassem estudantes e professores. E é nesse lugar de distanciamento social, permeado por angústias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os professores pesquisadores e os demais autores reúnem os seus escritos para a organização deste livro.

Como evidenciou Daniel Cara em uma fala a mesa “*Educação: desafios do nosso tempo*” no Congresso Virtual UFBA, em maio de 2020, o contexto pandêmico tem sido uma “tempestade perfeita” para alimentar uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, os diminutos recursos destinados, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia, ainda segundo ele, só escancara o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades.

Nesse ínterim, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, sobretudo aquelas que inter cruzam e implicam ao contexto educacional. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores brasileiros, como os compõe essa obra.

O cenário político de descuido e destrato com as questões educacionais, vivenciado recentemente, nos alerta para uma necessidade de criação de espaços de resistência. É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade, de uma forma geral, das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade.

Portanto, as discussões empreendidas neste volume 01 de “***A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, assim como também da prática docente, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam.

Este livro reúne um conjunto de textos, originados de autores de diferentes estados brasileiros e países, e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, ciências

e tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, política, economia, entre outros.

Os autores que constroem essa obra são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA ATUALIDADE E EDUCAÇÃO POLÍTICA: IMPLICAÇÕES E PERSPECTIVAS CRÍTICAS	
Clésio Aderno da Silva	
Graciela Targino	
Keyla Andrea Santiago Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3102009111	
CAPÍTULO 2	10
UM PROJETO PARA A PROMOÇÃO DA LITERATURA E DOS DIREITOS HUMANOS	
Regina Coeli da Silveira e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3102009112	
CAPÍTULO 3	21
O CURRÍCULO E A ESCOLA PÚBLICA: REFLEXÕES SOBRE A DIMENSÃO DA POBREZA	
Eliana Cordeiro Curvelo	
Sebastião de Souza Lemes	
DOI 10.22533/at.ed.3102009113	
CAPÍTULO 4	32
INTRODUÇÃO AO MULTICULTURALISMO EM EDUCAÇÃO	
Adelcio Machado dos Santos	
Manoel Leandro Fávero	
Audete Alves dos Santos Caetano	
Suzana Alves de Moraes Franco	
DOI 10.22533/at.ed.3102009114	
CAPÍTULO 5	39
A FORMAÇÃO HUMANÍSTICA DO PROFESSOR NOS ASPECTOS QUE TANGEM A INCLUSÃO SOCIAL	
Marlene Ribeiro Martins	
Bruna Fernanda Ananias Souza	
Patrícia Mata Sousa	
Tatiane Cristina Ramos Moscatelli	
DOI 10.22533/at.ed.3102009115	
CAPÍTULO 6	53
FORMAÇÃO MORAL NO CONTEXTO ESCOLAR NA CONTEMPORANEIDADE: DIVERSIDADE CULTURAL, INTERFACES E APROXIMAÇÕES COM OS CONCEITOS DE CAMPO E HABITUS DE PIERRE BOURDIEU	
Sara Bernardes	
DOI 10.22533/at.ed.3102009116	

CAPÍTULO 7.....	66
GESTÃO DEMOCRÁTICA NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LARANJAL PAULISTA - SP	
Izalto Junior Conceição Matos Kátia Regina Zanardo	
DOI 10.22533/at.ed.3102009117	
CAPÍTULO 8.....	78
EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O QUE PENSAM OS ALUNOS DE UMA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL	
Marcos Roberto Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.3102009118	
CAPÍTULO 9.....	88
DESEMPENHO DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE ESPERA FELIZ/MG EM AVALIAÇÃO DE LARGA ESCALA E PERCEPÇÃO DOCENTE: ANÁLISE BASEADA NO PROEB/SIMAVE DE 2011 A 2017	
Larissa Mendes Mateus Luciane da Silva Oliveira Marcos Vinicio Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.3102009119	
CAPÍTULO 10.....	102
O PROJETO RECEPÇÃO CIDADÃ: ACOLHIDA DE ESTUDANTES INGRESSANTES DO IFTM – CAMPUS UBERLÂNDIA	
Gabriel Ferreira Barcelos Anna Clara Pereira Machado Nísia Maria Teresa Salles Márcia Lopes Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.31020091110	
CAPÍTULO 11.....	107
RELAÇÕES VERDES: DA PRÁTICA À CONSCIÊNCIA AMBIENTAL	
Ana Paula Gorski Cesar Beatriz Lorenzi Wisbeck	
DOI 10.22533/at.ed.31020091111	
CAPÍTULO 12.....	120
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL X FORMAÇÃO HUMANA: PROCESSO DE DISPUTA OU COMPLEMENTAÇÃO DE SABERES?	
Elza Magela Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.31020091112	
CAPÍTULO 13.....	134
O RECURSO LINGUÍSTICO DAS GÍRIAS UTILIZADO PELOS ADOLESCENTES E/OU JOVENS QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO	
Fernando Miranda Arraz	

CAPÍTULO 14..... 149

A AGROECOLOGIA COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO À AGRICULTURA CONVENCIONAL NO ASSENTAMENTO TERRA À VISTA, SUL DO ESTADO DA BAHIA

Adenilson Alves Cruz

Rosana Mara Chaves Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.31020091114

CAPÍTULO 15..... 157

PISO SALARIAL DOCENTE NO ESTADO DE MATO GROSSO SUL: APROXIMAÇÕES E PERSPECTIVAS

Maria do Socorro Sales Felipe Bezerra

Danielli Araujo Jarcem

DOI 10.22533/at.ed.31020091115

CAPÍTULO 16..... 170

EDUCAR PARA O CUIDADO DE SI E PARA VIVER A *PARRHESÍA*

Wagner Gomes Sebastião

Carlos Roberto da Silveira

DOI 10.22533/at.ed.31020091116

CAPÍTULO 17..... 179

EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO COMBATE À DENGUE, ZIKA E CHIKUNGUNYA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Emilly Alencar Pereira

Elenir da Silva Marques

Joelma Gomes Pereira

Mariane da Silva Costa

Richard Sebastião Silva das Neves

Flaviany Aparecida Piccoli Fontoura

Claudia Janayna Carollo

DOI 10.22533/at.ed.31020091117

CAPÍTULO 18..... 183

EVASÃO ESCOLAR E APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Shana Krindges

Elisete Gomes Natário

DOI 10.22533/at.ed.31020091118

CAPÍTULO 19..... 195

A CRIANÇA E O NOVO CAMPO ESCOLAR EM TEMPOS DE PANDEMIA

Gisele Brandelero Camargo

Ana Luiza Santos

Ana Marcela Taques Glonek

Joseane Schoab Giebeluka

DOI 10.22533/at.ed.31020091119

CAPÍTULO 20.....211

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E DISCURSO: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE QUALIFICAÇÃO DOCENTE NA CIDADE DE RIO BRANCO – ACRE

José Eliziário de Moura
Erlande D'Ávila do Nascimento
Paulo Eduardo Ferlini Teixeira
Uthant Benicio de Paiva

DOI 10.22533/at.ed.31020091120

CAPÍTULO 21..... 226

PROJETO MALALA: UMA VOZ PELA EDUCAÇÃO

Patricia Batista Schunk
Sueli Marques de Souza Velloso

DOI 10.22533/at.ed.31020091121

CAPÍTULO 22..... 238

HORTA ORGÂNICA EM ESCOLA MUNICIPAL COMO INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

José Carlos Pina
Luiz Antonio Higino da Silva
Ademir Kleber Morbeck de Oliveira
Rosemay Matias
Giselle Marques de Araújo
João Paulo Abdo
Talita Cuenca Pina Moreira Ramos

DOI 10.22533/at.ed.31020091122

CAPÍTULO 23..... 251

FATORES DE DESISTÊNCIA NA ESCOLA: ALUNOS DE UM CURSO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

Hélio Fritz Kiessling
Júlio Gomes de Almeida
Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz

DOI 10.22533/at.ed.31020091123

CAPÍTULO 24..... 259

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A SUA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, POLÍTICA E PROFISSIONAL

Karina Franco
Claudia Almeida Scariot
Géssica Fiabane
Priscilla Christina Franco

DOI 10.22533/at.ed.31020091124

CAPÍTULO 25..... 268

JUVENTUDE, CULTURA E IDENTIDADE: APROPRIAÇÃO SIMBÓLICA DE

CAPITAL CULTURAL

José Franco de Azevedo

Sônia Pinto de Albuquerque Melo

DOI 10.22533/at.ed.31020091125

CAPÍTULO 26..... 284

UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO ESCOLAR E A HISTÓRIA DE VIDA DE JOVENS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Rafaela Furtado Queiroz

Maria de Jesus Campos de Souza Belém

DOI 10.22533/at.ed.31020091126

SOBRE O ORGANIZADOR..... 298

ÍNDICE REMISSIVO..... 299

A CRIANÇA E O NOVO CAMPO ESCOLAR EM TEMPOS DE PANDEMIA

Data de aceite: 03/11/2020

Data de submissão: 06/08/2020

Gisele Brandelero Camargo

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa, Paraná/BR
<http://lattes.cnpq.br/043187625790696>
<https://orcid.org/0000-0003-3983-2966>

Ana Luiza Santos

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa, Paraná/BR
<http://lattes.cnpq.br/9281970667842809>

Ana Marcela Taques Glonek

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa, Paraná/BR
<http://lattes.cnpq.br/8670147110884911>
<https://orcid.org/0000-0003-0970-0831>

Joseane Schoab Giebeluka

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa, Paraná/BR
<https://orcid.org/0000-0003-4573-4780>

RESUMO: Esse texto trata dos aportes teóricos que embasam dois conceitos essenciais em nossos projetos (de pesquisa e de extensão): a ideia de criança e infância e o que se entende por novo campo escolar em tempos de pandemia, ancorados na perspectiva da Sociologia da Infância. Esses conceitos subsidiam teoricamente as duas pesquisas intituladas: 1) As mudanças na escolarização a partir do coronavírus: o que falam as crianças de 3 e 4 anos? 2) As mudanças

na escolarização a partir do coronavírus: o que falam as crianças de 5 e 6 anos? E a ação extensionista: A criança e seu fazer lúdico-pedagógico no espaço da casa, tem suas bases. Sarmiento (2004, 2005, 2008), Abramowicz e Oliveira (2010), Qvortrup (2010), Prout (2010), Silva (2020), Arruda (2020) foram alguns dos autores que contribuíram com a compreensão dos conceitos que propomos. Defendemos a ideia de criança enquanto um sujeito social pleno em sua capacidade de interpretar, agir, renovar e transformar a sociedade e é fundamental ouvir suas falas, verbais e não verbais, para a reflexão sobre o novo campo escolar que a escola foi alocada nesses tempos de pandemia do Coronavírus COVID-19. O ensino remoto, e em alguns casos a Educação à Distância, ganharam status de novo campo escolar, e nele acontecem os processos escolares, os espaços, tempos, modos da aprendizagem e as relações escolares. Acreditamos que as crianças, suas ações sociais e suas falas devem ser ouvidas e validadas a fim de que, os processos escolares possam ser constituídos, compartilhadamente, por todos os sujeitos do contexto escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Crianças; Novo campo escolar; Coronavírus COVID-19.

THE CHILD AND THE NEW SCHOOL FIELD IN PANDEMIC TIMES

ABSTRACT: This text deals with the main theoretical topics that support two essential concepts in our projects (research and extension): an idea of children and childhood and what they mean by a new school field in times of pandemic, anchored in the perspective of the Sociology

of Childhood. These concepts theoretically support the two researches entitled: 1) Changes in schooling from the coronavirus: what do children aged 3 and 4 say? 2) Changes in schooling from the coronavirus: what do children aged 5 and 6 say? And the extension action: The child and his playful-pedagogical practice in the space of the house, has its bases. Sarmiento (2004, 2005, 2008), Abramowicz and Oliveira (2010), Qvortrup (2010), Prout (2010), Silva (2020), Arruda (2020) were some of the authors who contributed to the understanding of the concepts we propose. We defend the idea of a child as a full social subject in his ability to interpret, act, renew and transform society and it is essential to listen to his speech, verbal and non-verbal, for reflection on the new school field that the school was allocated at that time of the COVID-19 Coronavirus pandemic. Remote education, and in some cases Distance Education, gained status as a new school field, where school processes, spaces, times, modes of learning and school relationships take place. We believe that children, their social actions and their speeches must be heard and validated so that, the school processes can be constituted, shared, by all the subjects of the school context.

KEYWORDS: Children; New school field; COVID-19 Coronavirus.

1 | INTRODUÇÃO

Nesse tempo, em que o mundo inteiro está vivendo o isolamento social, o distanciamento da realidade conhecida, a experiência da vulnerabilidade perante um inimigo invisível, o sentimento de medo e as incertezas futuras, nos preocupamos com as crianças e seus processos de escolarização no novo campo escolar.

Muitos são os impactos que a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) causou em todos os setores e instâncias sociais. Os modos de vida, de produção e consumo, as relações sociais nos mais diferentes âmbitos e os setores público, privado, político e econômico sofrem alterações profundas que demarcarão a sociedade daqui para frente. Martins (2020, p. 3) acrescenta que “a incerteza sobre o impacto da COVID-19 na saúde pública mundial suscitam uma inédita suspensão da ordem das coisas, pelo impacto de doenças, mortes, estados de emergência, quarentenas, confinamentos, fecho de fronteiras, serviços mínimos e alertas máximos”.

Dentre essas alterações sociais, o fechamento das escolas e as mudanças na condução das propostas de escolarização tem afetado diretamente as crianças. Entretanto, elas são pouco (ou nada) ouvidas e quando se expressam, suas falas não tem sido validadas na maioria das discussões e debates que tem veiculado nos mais diversos meios de comunicação. Mesmo quando se trata da adequação dos processos escolares para o novo campo escolar: o ensino remoto e a Educação à Distância, as crianças, protagonistas desses processos, não são ouvidas. Tradicionalmente, as vozes das crianças são ignoradas. A esse respeito, Sarmiento (2005) explica que “infância é a idade do não-falante, o que transporta simbolicamente

o lugar do detentor do discurso inarticulado, desarranjado ou ilegítimo; o aluno é o sem-luz; criança é quem está em processo de criação, de dependência, de trânsito para um outro” (SARMENTO, 2005, p. 368).

Ao compreender que é necessário e saudável para toda sociedade ouvir e validar as falas das crianças, propusemos duas pesquisas e um projeto de extensão, como iniciativas nos meios acadêmicos, com o intuito de trazer para o cenário das reflexões, os entendimentos, sentimentos e as expressões, verbais e não verbais, das crianças acerca de seus processos escolares em tempos de pandemia.

Partimos da perspectiva de que a criança é um sujeito social pleno em sua capacidade de interpretar, agir, renovar e transformar a sociedade. Concordamos com James e Prout (1990, p. 8) quando dizem que “As crianças são e devem ser vistas como sujeitos ativos na construção e determinação das suas próprias vidas sociais, as vidas ao seu redor e das sociedades em que vivem”. Ou seja, não são sujeitos passivos. Ao contrário, devem ser vistas como agentes ativos na construção de suas próprias culturas.

Assim, o que trataremos nesse texto, são os aportes teóricos que embasam dois conceitos essenciais em nossos projetos (de pesquisa e de extensão): a ideia de criança e infância e o que se entende por novo campo escolar em tempos de pandemia, ancorados na perspectiva da Sociologia da Infância.

2 | A IDEIA DE CRIANÇA

Importante, antes de tudo, é dizer que a perspectiva que adotamos aqui e em nossos projetos (de pesquisa¹ e de extensão²) não é algo novo, no âmbito da Sociologia da Infância e que reconhecemos que existem outros pontos de vista teóricos, igualmente importantes, para olhar as crianças.

A ideia de criança, vem sendo pensada há algum tempo por estudiosos de diversas áreas do conhecimento. Abramowicz e Oliveira (2010) afirmam que no século XIX, as crianças passaram a ser olhadas a partir da perspectiva médica e psicológica. Em suas palavras:

A concepção biológica sobre a criança pasteuriza, assepsia, esteriliza, mede, esquadrinha, normatiza e normaliza a criança e prescreve uma infância. A Psicologia medirá a inteligência, prescreverá o desenvolvimento, dividirá as crianças por idades, por capacidade

1. As duas Pesquisas acadêmicas, em andamento, para conclusão de curso de Pedagogia, são intituladas: As mudanças na escolarização a partir do coronavírus: o que falam as crianças de 3 e 4 anos? E: As mudanças na escolarização a partir do coronavírus: o que falam as crianças de 5 e 6 anos?

2. O projeto de extensão, intitulado: A criança e seu fazer lúdico-pedagógico no espaço da casa, iniciou em junho de 2020, com previsão de encerramento ou reedição em dezembro de 2021. A proposta extensionista visa contribuir com a mobilização para o pensar lúdico e pedagógico da comunidade escolar, considerando a ação competente da criança em sua casa, ainda que distante da rotina e espaço escolar convencional, em sua casa em tempos de isolamento social.

mental, elaborará standarts para observar etapa por etapa da infância até a adolescência. A idade será uma marca, uma categoria prática, fixa e precisa, delimitará os “desviantes”, as crianças imaturas, as que não aprendem, as que não se desenvolvem, determinar-se-á as idades da fala, do andar, de viver sem fraldas etc. A idade, o período de desenvolvimento e a etapa da vida poderão ser colocados em um gráfico, haverá a curva da normalidade e aqueles que se desviam. As crianças crescerão tendo o adulto como foco e sob o seu controle. (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA, 2010, p. 40).

A perspectiva médica e psicológica, tratada pelas autoras como concepção biológica, nos conduz a pensar no quê as crianças necessitam para alcançarem a adultez. Com essa perspectiva, “o debate sobre cuidar, educar e ensinar chegará até a atualidade na disputa sobre o saber, o controle e a educação das crianças” (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA, 2010, p. 40).

No início do século XX, o interesse pelos estudos sociais das crianças conduziu a um avanço na sociologia. Alguns pesquisadores se debruçaram sobre a temática e passaram a descrever, pelo viés da sociologia, as crianças e as infâncias em suas pesquisas. Nesse movimento, cinco sociólogos Norte-americanos: William I. Thomas, Dorothy S. Thomas, Stanley P. Davies, E. W. Burgess e Kimball Young são considerados pioneiros nas pesquisas sociológicas envolvendo as crianças (MONTANDON, 2001).

Concomitante a esse movimento que ocorreu nos Estados Unidos, em 1932 na França, os estudos de Marcel Mauss, e em 1947 no Brasil, a pesquisa de Florestan Fernandes, deram ênfase aos estudos sociológicos das crianças, originando um desdobramento da Sociologia voltada, especificamente, para a infância.

De acordo com Sarmiento (2008) temáticas de pesquisas envolvendo as crianças sempre permearam os estudos sociológicos, mas foi no final do século XX que a infância passou a ser considerada como categoria social. Ele explica que

Apesar das crianças não terem sido nunca um tema ausente do pensamento sociológico, desde os primeiros tempos da disciplina, o estatuto de objecto sociológico e a consideração da infância como categoria social apenas se desenvolveu no último quartel do século XX, com um significativo incremento a partir do início da década de 90. No entanto, desde os anos 30 que a expressão “sociologia da infância” se encontra formulada (Qvortrup, 1995:8). (SARMENTO, 2008, p. 18).

Nessa esteira teórica, Barbosa, Delgado e Tomás, (2016), buscam tracejar a história da Sociologia da Infância e estabelecem dois campos: os Estudos da Infância e os Estudos da Criança. Elas explicam que é importante considerar as diferenças conceituais desses dois campos, no bojo das disciplinas que os teorizam e afirmam:

Se os Estudos da Criança têm como base metodológica entrevistas, brincadeiras, desenhos, filmagens, fotografias – que são modos diretos de observação e descrição densa, no sentido atribuído pelo antropólogo Clifford Geertz (1989) –, os Estudos da Infância caracterizam-se por procurarem compreender sobre as crianças a partir de dados não especialmente gerados por elas, mas por estudarem os artefatos que produzem e que medem as infâncias. (BARBOSA; DELGADO; TOMÁS, 2016, p. 108).

As autoras afirmam que, apesar de se distinguirem teórica e metodologicamente, os campos dos Estudos da Infância e dos Estudos da Criança possuem pressupostos comuns: “a centralidade da criança na investigação; a alteridade infantil; a dimensão geracional; e, o caráter interdisciplinar da investigação com crianças” (BARBOSA; DELGADO; TOMÁS, 2016, p. 109). Para elas, os precursores desses dois campos foram os estudiosos “como Rousseau, Pestalozzi, Froebel e, posteriormente, Decroly, Piaget e Montessori, que defendiam ideias de que as crianças eram o centro dos processos educacionais” (BARBOSA; DELGADO. TOMÁS, 2016, p.109).

Concordamos com as autoras quando afirmam que os estudos da Infância tem sua raiz no âmbito da Medicina, Psicologia e Pedagogia, e tendem a um ponto de vista que conceitua a infância e os modos ideais para a criança se tornar adulto em suas diferentes dimensões (físicas, emocionais, cognitivas etc). Entendemos que as pesquisas desenvolvidas nessa perspectiva têm influenciado largamente os processos escolares e amparado teoricamente as maneiras de pensar a escola para as crianças. Reconhecemos que esse ponto de vista contribuiu para aumentar a visibilidade das temáticas das crianças, no cenário acadêmico e científico.

Todavia, por compreender a criança como sujeito social importante, mesmo antes de se tornar adulto, defendemos, em nossos projetos, a participação ativa das crianças e não somente sua observação. Isto é, optamos em assumir a perspectiva em que as crianças são competentes e suas ações, seus entendimentos, suas falas e expressões, verbais e não verbais, devem ser validadas, a ponto de que possam compartilhar decisões, transformar as relações sociais e construir, juntamente com os outros sujeitos sociais, as instâncias e os processos que lhes dizem respeito, pois elas são peritas em infância.

Assim, ancoramos nosso ponto de vista, sobre as crianças e a infância, na Sociologia da Infância e defendemos o entendimento da criança enquanto “ator social, portador da novidade que é inerente a sua pertença à geração que dá continuidade e faz renascer o mundo” (SARMENTO, 2004, p.2). Em outras palavras, a criança é agente de transformação social, sujeito competente que (re) cria cultura e domina os saberes específicos da sua categoria geracional, é destemida no uso dos seus movimentos corporais e suas lógicas próprias para ser e agir no universo em que vive.

Os estudos da criança enquanto categoria geracional é, segundo Sarmiento (2008), o que designa o status da “nova Sociologia da Infância³” (SARMENTO, 2008, p. 19).

Para explicar o conceito de infância como categoria geracional, Qvortrup (2010) nos faz pensar sob dois pontos de vista: a infância enquanto período de vida e a infância como categoria geracional. No primeiro sentido, olhar a infância enquanto período de vida significa olhar para o tempo em que as crianças permanecem crianças. Nesse caso ela é transitória, porque a criança de hoje crescerá e deixará de ser criança com o passar do tempo. Mas, quando observamos a infância enquanto categoria geracional, ela será sempre permanente, mesmo que os sujeitos que nela estejam fiquem por um determinado tempo apenas. Assim, mesmo quando essas crianças de hoje se tornarem adultos, outras crianças virão e a categoria geracional infância perdurará, modificada pelas experiências individuais, culturais e históricas das crianças que passaram por ela. Nesse sentido, Qvortrup (2010) nos explica que

Quando argumentamos que a infância se modifica ao longo da história ao mesmo tempo que permanece enquanto categoria, estamos afirmando que existe mudança e continuidade. Os parâmetros da infância têm seus valores alterados constantemente (do ponto de vista interno, no entanto, em ritmos e velocidades diversos). Contudo, a infância mantém certos padrões que a tornam passível de contraste, porque sofre o impacto basicamente dos mesmos conjuntos de parâmetros. Mesmo no decurso de distantes intervalos históricos e culturais, a infância deve ser reconhecível e identificável contanto que faça sentido empregar esse conceito. (QVORTRUP, 2010, p. 638).

Isto é, a infância de hoje não é a mesma infância de alguns anos atrás. Está transformada pelas experiências das crianças que por ela passaram.

Ao admitir que a infância é uma categoria geracional, composta por sujeitos sociais que produzem cultura e conhecimentos, reconhecemos que as crianças não devem ser consideradas inferiores, com sujeitos “devires”, inacabados ou menos importante que os das outras categorias. Nessa direção, Prout (2010, p.737) afirma “Tanto crianças como adultos deveriam ser vistos através de uma multiplicidade de devires, nos quais todos são incompletos e dependentes”. Por esse viés, compreendemos que ao olhar as crianças devemos evidenciar o que são, o que sabem, o que criam, suas culturas e modos de convivências que possuem nesse momento, e não o que serão/saberão/farão quando estiverem na categoria adulta ou na velhice. Da mesma forma, afirmamos que o grau de importância de um sujeito social não deve ser medido pelo que ainda não desenvolveu, o que ainda não aprendeu ou ainda não acessou, mas, ao contrário, pelos padrões peculiares que o diferem dos demais sujeitos das outras categorias geracionais (CAMARGO, 2020).

3. Nova Sociologia da Infância citada por Sarmiento (2008), refere-se aos trabalhos que conceituam as crianças como atores sociais e a infância como entidade ou instituição socialmente construída.

Dessa forma, reconhecemos que cada categoria geracional detém conhecimentos próprios, que devem ser valorizados e legitimados, independente do fato de que todos os sujeitos estão no processo contínuo de evolução humana e, compõem outras categorias geracionais com o passar do tempo.

Os padrões que diferenciam a infância de outra categoria geracional, os traços distintivos das culturas da infância, são o que Sarmiento (2004) descreve como as gramáticas da cultura da infância. Para ele a produção de significações sociais, feitas pelas crianças, precisa ser compreendida mais amplamente, pois “saber se essas significações se estruturam e consolidam em sistemas simbólicos, relativamente padronizados [...]” (SARMENTO, 2004, p. 12) é fundamental para entender as culturas das infâncias. Bem como, compreender os traços distintivos de sua gramática, é igualmente necessário. Sarmiento (2004) descreve esses traços distintivos como:

- Semântica: a construção de significados autônomos e, a elaboração de processos de referência e significação próprios; [...].
- Sintaxe: a articulação dos elementos constitutivos da representação, que não se subordinam aos princípios da lógica formal, mas sustentam a possibilidade da contradição do princípio da identidade; [...].
- Morfologia: a especificidade das formas que assumem os elementos constitutivos das culturas da infância: os jogos, os brinquedos, os rituais, mas também os gestos e as palavras; [...]. (SARMENTO, 2004, p. 13).

Considerando os traços distintivos das gramáticas da cultura da infância, podemos afirmar que as crianças possuem características singulares que as diferem dos adultos ou dos idosos. A respeito disso, Sarmiento (2005), nos explica que

as crianças têm sido, sobretudo, linguística e juridicamente sinalizadas pelo prefixo de negação (são inimputáveis; juridicamente incompetentes) e pelas interdições sociais (não votar, não eleger nem ser eleitos, não se casar nem constituir família, não trabalhar nem exercer uma atividade econômica, não conduzir, não consumir bebidas alcoólicas etc.). (SARMENTO, 2005, p. 368).

Incontestável que essas interdições e especificidades da proteção tracejam a identidade das crianças, independente de seu contexto cultural atual e representam um avanço em relação à proteção das crianças na sociedade moderna. Contudo, salientamos que, ao mesmo tempo em que as protegem, contribuem para a sustentação da

ideia da menoridade: criança é o que não pode nem sabe defender-se, o que não pensa adequadamente (e, por isso, necessita de encontrar quem o submeta a processos de instrução), o que não tem valores morais (e, por isso, carece de ser disciplinado e conduzido moralmente). (SARMENTO, 2005, p. 368).

Em nome dessa menoridade, as crianças foram ignoradas e desvalorizadas em seu potencial social. Um exemplo disso se revela quando suas falas não são ouvidas, seus movimentos corporais não são validados e/ou interpretados no seio da família e na escola, quando as crianças não participam das decisões do seu universo social, quando são forçadas à obediência das regras implícitas e explícitas sem o poder de negociações, argumentações ou discussões, quando suas produções culturais são desvalorizadas, quando são impedidas de interagir com as culturas produzidas por sujeitos de outras gerações.

Os adultos sabem que “as crianças têm consciência dos seus sentimentos, ideias, desejos e expectativas e que são capazes de efetivamente expressá-los (haver, porém, alguém que os escute e leve em conta, já é uma outra discussão)” (MARCHI, 2010, p. 194). Ignorar ou não atribuir valor as expressões das crianças, resulta na marginalização da categoria infância, tanto na esteira dos estudos teóricos quanto nas relações concretas com as demais categorias geracionais. Ou seja, além da proteção é fundamental garantir a elas a provisão e a participação (SOARES, 2005). Para Soares (2005) os três Ps (proteção, provisão e participação) são categorias que incorporam a diversidade dos direitos das crianças, enquanto sujeitos sociais. Em suas palavras:

Direitos de provisão – implicam a consideração dos programas que garantam os direitos sociais da criança, nomeadamente o acesso de todas as crianças a direitos como a saúde, educação, segurança social, cuidados físicos, vida familiar, recreio e cultura;

Direitos de protecção – implicam a consideração de uma atenção distinta às crianças, de um conjunto de direitos acrescidos, que, por motivos diversos, nomeadamente situações de discriminação, abuso físico e sexual, exploração, injustiça e conflito, se encontrem privadas ou limitadas no exercício dos seus direitos;

Direitos de participação – implicam a consideração de uma imagem de infância activa, distinta da imagem de infância objecto das políticas assistencialistas, à qual estão assegurados direitos civis e políticos, ou seja, aqueles que abarcam o direito da criança a ser consultada e ouvida, o direito ao acesso à informação, à liberdade de expressão e opinião e o direito a tomar decisões em seu benefício, que deverão traduzir-se em acções públicas para a infância, que consideram o ponto de vista das crianças. (SOARES, 2005, p. 35 e 36).

A partir dessa explicação, entendemos que a participação da criança no contexto escolar requer a legitimação da criança como sujeito social, considerando suas formas particulares de ser e estar no mundo. Isto é, validar suas habilidades, suas expressões, sua autonomia, suas relações, seus direitos, sua ação nesse contexto social. Para isso, acreditamos que é necessário aproximar a escola, seus currículos, suas culturas, seus professores às crianças, estreitando os laços entre os fundamentos da pedagogia com as particularidades delas enquanto sujeitos sociais, validando suas diferentes formas de expressão e comunicação para ser e estar no mundo em que vivem.

Assim, a participação das crianças, no contexto escolar, revela que a especificidade de suas relações no, com e pelo mundo são experiências corporais e essa é sua potência. Suas experiências passam pelo corpo, são sentidas, interpretadas, ressignificadas por meio dos movimentos corporais e gestualidade (CAMARGO, 2020). Em outras palavras, suas falas, verbais ou não, seus movimentos e gestualidades colocam em evidência que as culturas das escolas precisam legitimar o corpo criança⁴, pois ele “representa o sujeito em todas as suas dimensões (física, psicológica, cognitiva, emocional, intuitiva, social etc). Considerando isso, [...]o corpo criança [...] é o lugar da sua experiência, tanto quanto é o lugar das suas interpretações e ações sociais.” (CAMARGO, 2020, p. 97).

3 | O NOVO CAMPO ESCOLAR

O Estatuto da Criança e do Adolescente, sancionado como Lei nº 8.069, no dia 13 de julho de 1990, enquanto se dispõe a proteção integral da criança e do adolescente, nos explica, em seu artigo 2º, que “Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990, p. 11). Isso posto, admitimos nesse texto, que as instituições escolares que atuam com as crianças não se limitam apenas a Educação Infantil, mas são organizadas, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996 (BRASIL, 2017), atualizada na edição de 2017, em: “I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio” (LDB, 2017, p. 9). Ao compreender isso, queremos dizer que, mesmo defendendo as especificidades de cada etapa da vida escolar da criança, acreditamos que todas as instituições escolares que atuam com crianças devem implementar práticas pedagógicas que valorizem, como eixos do currículo, “as interações e a brincadeira” (BRASIL, 2010, p. 25), favorecendo a interação delas

4. Corpo criança é um conceito proposto na Tese de Camargo (2020) em consonância com o Grupo de Pesquisa Educamovimento-NEPIE/UFPR para revelar e respeitar especificidades e características que o corpo da criança apresenta.

com o conhecimento historicamente acumulado e oportunizando a relação com seus pares, a fim de que possam acessar, interpretar e produzir cultura.

Corroboramos com a Base Nacional Comum Curricular (2018), quando propõe que no processo de escolarização

as aprendizagens essenciais compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos de experiências, sempre tomando as interações e a brincadeira como eixos estruturantes. Essas aprendizagens, portanto, constituem-se como objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. (BRASIL, 2018, p. 44).

Por meio dessas diretrizes e orientações, temos visto as escolas de crianças (resguardadas as especificidades das faixas etárias que atendem) buscarem a organização dos seus tempos, espaços, rotinas e propostas pedagógicas a fim de favorecer a inserção e a permanência das crianças no processo de escolarização.

Inúmeros relatórios de pesquisas científicas⁵ têm revelado o esforço das equipes pedagógicas e professores para tornar a escola da criança um ambiente adequado às suas necessidades e expectativas.

Os ambientes⁶ da escola de crianças, bem como aspectos de tempo, espaço, infraestrutura e materiais que compõem as rotinas e afetam as relações e as culturas que lá coexistem, tem sido, o *locus* do processo educativo, das relações e interações sociais e, dessa forma, o lugar privilegiado para produção das culturas infantis.

Na relação com seus pares e com os adultos, as crianças formulam, nos ambientes da escola, suas interpretações e produções físicas, emocionais, cognitivas, sociais etc. Os ambientes das escolas, nomeadamente como campo escolar, são férteis para as experiências da criança, pois trazem nos seus currículos, na infraestrutura, nos materiais, na sua organização de tempo e espaço, a previsão das condições para o acesso e vivência dos conteúdos acumulados historicamente e produzido culturalmente pela humanidade, considerando diversas possibilidades de aprendizagem que atendem as diferentes faixas etárias.

Ao encontrar algum desafio, o campo escolar pulsa, movimentando-se por meio da ação-reflexão de suas organizações pedagógicas e educativas. Isso tem ocorrido nesse ano de 2020, por decorrência da pandemia advinda pelo novo coronavírus COVID-19.

No final de 2019, o mundo foi surpreendido pela notícia, vinda da China,

5. Encontramos mais de oitenta mil teses, publicadas nos três últimos anos, no Banco de Teses e Dissertações da Capes, com o termo “adequação da escola Educação Infantil” e “adequação da escola de anos iniciais do Ensino Fundamental”.

6. Os ambientes escolares podem ser entendidos como lugares em que se encontra “a liturgia acadêmica, estão dotados de significados e transmitem uma importante quantidade de estímulos, conteúdos e valores do chamado currículo oculto, ao mesmo tempo em que impõem suas leis como organizações disciplinares” (ESCOLANO, 2001, p. 27).

da existência de um novo vírus, transmutado do SARS-CoV e do MERS-CoV. O novo coronavírus COVID-19, inicialmente denominado como 2019-nCoV, causou desastres de ordens diversas e sem precedentes, no mundo inteiro. Sobre isso, Arruda (2020) relata que

O ineditismo deste evento não nos permite tecer considerações a curto ou médio prazo sobre como será o mundo e as múltiplas relações que a humanidade construiu. Não se trata, a meu ver, de considerar o elemento do isolamento social como implicador do modo de ver o mundo futuramente. O isolamento social promoveu transformações econômicas severas imediatas, com a parada obrigatória de inúmeros setores, modificou nossa relação com a arte, devido à ausência do compartilhamento presencial de experiências de fruição e, no caso da educação, promove desconstruções sob a forma como o ensino e a aprendizagem são vistos socialmente. (ARRUDA, 2020, p. 258).

Tal contexto nos coloca ante a uma série de indagações que extrapolam as escolares, visto que os desafios causados pela pandemia à humanidade afetam todas as instâncias da nossa existência. Aqui, entretanto, trazemos questionamentos relativos aos processos escolares e educativos, como por exemplo: “Como pensar a continuidade do aprendizado na sociedade pandêmica? O que ensinar? Como fica o currículo? Tais questionamentos estão hoje no centro das discussões sobre a Educação no Brasil” (SILVA, 2020, p. 123 e 124). Esses questionamentos tem alterado a forma de pensar a escola, seus processos e seu campo.

O isolamento social, como medida para diminuir o contágio do vírus, ocorreu no mundo todo. Com isso, as relações sociais sofreram profundas transformações, evitando o contato físico, real e presencial e acentuando as relações virtuais. Isto é, as relações e interações, conhecidas até então, passaram a ter novo sentido sob vários aspectos da vida social.

Tratando especificamente dos processos escolares, observamos que os espaços, tempos e modos da aprendizagem escolar bem como as relações escolares, foram alteradas pelos impactos do vírus. Como medidas para reduzir o risco de contágio, e preservação da vida, os ambientes escolares foram fechados. As aulas presenciais foram suspensas e um novo campo escolar foi forjado, a partir dos recursos virtuais e das tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Foi a partir de março de 2020 que nos demos conta que “Não [seria mais] possível prosseguir um currículo normativo, prescritivo, prevendo um tipo de sujeito [...] ajustado aos ideais neoliberais de educação, ser humano para uma sociedade otimizada e competitiva” (SILVA, 2020, p. 124).

Algumas plataformas virtuais como: *Zoom*, *Hangouts*, *Google Classroom*, *Padlet*, *FlipGrid*, *Collaborate* e outras, ganharam status de ambientes de aprendizagem e escolarização. É importante salientar que no contexto atual (de

pandemia), estas plataformas virtuais contribuíram para o crescimento do uso do ensino remoto⁷ e da Educação à Distância.

A Educação à Distância, diferentemente do ensino remoto, pertence a uma modalidade de ensino. Assim, é organizada com princípios didático-pedagógicos próprios em cumprimento de requisitos singulares, conforme estabelecidos pelo Decreto 9.057 de 25 de maio de 2017, considerando a

educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017)

Em outras palavras “Educação a distância torna-se mais abrangente, porque implica não somente no uso de sistemas online, mas também analógicos, como materiais impressos”. (ARRUDA, 2020, p. 264). Já, o ensino remoto, em caráter emergencial, se utiliza “das tecnologias em circunstâncias específicas de atendimento onde outrora existia regularmente a educação presencial” (ARRUDA, 2020, p. 265).

Em síntese, apesar de os termos parecerem sinônimos, o ensino remoto e Educação à Distância, são essencialmente diferentes.

A EaD envolve planejamento anterior, consideração sobre perfil de aluno e docente, desenvolvimento a médio e longo prazo de estratégias de ensino e aprendizagem que levem em consideração as dimensões síncronas e assíncronas da EaD, envolve a participação de diferentes profissionais para o desenvolvimento de produtos que tenham, além da qualidade pedagógica, qualidade estética que é elaborada por profissionais que apoiam o professor na edição de materiais diversos[...]. Já a educação remota emergencial, conforme afirmam Hodges et al. (2020) é uma mudança temporária da entrega de conteúdos curriculares para uma forma de oferta alternativa, devido à situação da crise. Envolve o uso de soluções de ensino totalmente remotas para as aulas previamente elaboradas no formato presencial, podem ser combinadas para momentos híbridos ao longo da crise, em situações de retorno parcial das aulas e quantitativo de alunos e possuem duração delimitada pelo tempo em que a crise se mantiver. (ARRUDA, 2020, p. 265 e 266).

Por meio dessa explicação, compreendemos que o ensino remoto e, em alguns casos, a Educação à Distância, têm sido um importante (e novo) campo para as relações e interações entre estudantes, professores e conteúdos escolares. É nesse campo, novo ambiente escolar, que temos visto as ações educativas serem

7. Admitimos nesse texto, assim como alguns autores, o uso do termo educação remota e ensino remoto como sinônimos.

adaptadas para o cumprimento do currículo do ano letivo vigente. A entrada nesse novo campo representa os esforços feitos pelas secretarias de educação, equipes pedagógicas e colegiado docente para dar continuidade à escolarização em todas as etapas da educação, inclusive na educação infantil, se caracterizando por uma solução temporária, uma possibilidade para esse momento emergencial, apesar de não ser a forma ideal.

Assim, entendemos que em tempos de pandemia, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) alojam o ambiente escolar, nos quais se encontram as relações e interações entre os atores da escola e o conteúdo curricular. É um ambiente (com seus espaços, tempos, infraestruturas e recursos materiais) muito diferente do que estamos habituados e, por isso, tem representado alguns desafios.

Temos percebido que os desafios para o novo campo escolar podem ser classificados como de diversas ordens, como os de a) recursos estruturais: o acesso, o conhecimento e as habilidades para manusear os aparelhos tecnológicos, os softwares e as ferramentas digitais, para a participação nesse novo campo escolar; os ambientes de casa onde se mesclam situações familiares com as do estudo e trabalho e entrecruzam situações de todos os membros da família ao mesmo tempo; os de b) ordem humana: questões emocionais e psicológicas causadas pelo temor das doenças eminentes; a solidão que o afastamento social pode ter causado; a inércia dos movimentos corporais que os corpos foram submetidos ao se colocarem sentados em frente às telas para adentrarem no campo escolar; a ansiedade e preocupação pela incerteza dos dias vindouros; c) de ordem econômica: o desemprego que a crise econômica gerou pela parada obrigatória de diversos setores; a desvalorização de algumas funções profissionais que a segmentação de serviços essenciais e não essenciais influenciou.

Em meio a esse cenário, encontramos as crianças, com suas formas próprias de ser e estar no mundo, com a originalidade que mantém em suas relações sociais, com suas capacidades de criar culturas e com sua potência corporal. Refletimos sobre as questões que estão sendo enfrentadas por elas nesse novo campo escolar. Advogamos que esse campo seja constituído de elementos da cultura infantil, favorecendo assim, o processo escolar das crianças. Nesse sentido, concordamos com Sarmiento (2020) quando afirma que

Os desafios atuais exigem ações focadas nos direitos das crianças, profissionalmente muito bem sustentadas e competentemente articuladas nos planos nacional, regional e local. Para que o pós-covid seja, não a calamidade anunciada, mas uma oportunidade a sério para todas as crianças! (SARMENTO, 2020)

É nesse sentido que nossas ações de pesquisa e extensão tem se configurado, no intuito de alargar as discussões e compreender as falas das crianças acerca de

seus processos escolares em tempos de pandemia.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao constatar que o ensino remoto e a Educação à Distância se configuram no novo campo escolar e que esse é muito diferente do antigo, preocupa-nos em que medidas as ações educativas e pedagógicas estão sendo propostas para as crianças nesse contexto. Buscamos em nossos projetos, de pesquisa e extensão, compreender o ponto de vista das crianças frente às mudanças escolares que estão vivenciando.

Temos percebido que, no processo de escolarização das crianças, é fundamental o envolvimento das suas famílias. Essa percepção é advinda do momento em que, por meio do projeto de extensão, propusemos atividades lúdicas e pedagógicas para as crianças que estão em casa. A partir dessa proposta, solicitamos às crianças que nos falassem sobre as atividades que enviamos. Algumas delas se manifestaram por meio de vídeos enviados, por seus pais ou responsáveis, no nosso *e-mail* ou no nosso *whatsapp*. Com isso, nos demos conta do óbvio. Crianças pequenas não podem (legalmente falando) acessar as plataformas virtuais sozinhas. Devido a Lei de Proteção e Privacidade Online infantil (COPPA)⁸ que entrou em vigor como parte da Lei Federal dos EUA em 2000, as plataformas virtuais e a maioria dos sites globais não permitem o acesso de crianças menores de treze anos e alguns exigem o consentimento dos pais, para que as crianças criem uma conta ou façam parte de uma rede social.

Dessa forma, salientamos a importância da participação das famílias no processo de escolarização das crianças, no novo campo escolar. Sem essa participação as crianças podem sofrer o esvaziamento escolar e social, visto que estão isoladas em suas casas, sem previsão de retornar aos antigos modos de vida.

Acreditamos na importância vital das relações familiares para o acolhimento das crianças nesse contexto e sua promoção nos processos de escolarização, mesmo porque, em meio a tantas incertezas que nos assombram, não podemos afirmar que o campo escolar volte a antiga normalidade. Aliás, vislumbramos a construção de uma nova normalidade, que marcará profundamente essa geração, e poderá ter suas bases ancoradas no ensino híbrido, considerando os dois campos escolares, no pós pandemia. Entendemos que essa não é uma previsão futurística, mas uma tendência social que nos garantirá a saúde e a vida, “Tendo em vista as diversas pandemias advindas dos vírus e bactérias infectantes de animais selvagens ou domésticos que conseguem pular para a espécie humana” (SILVA, 2020, p. 123).

8. Informação obtida na Federal Trade Commission. Disponível em <https://www.ftc.gov/enforcement/rules/rule-making-regulatory-reform-proceedings/childrens-online-privacy-protection-rule>

Desejamos que os esforços das ciências possam favorecer também as crianças em seus processos de escolarização, buscando ouvi-las, validando suas falas e, sobretudo, legitimando suas ações e decisões, num processo de compartilhamento com os adultos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A. OLIVEIRA, F.de. A Sociologia da Infância no Brasil: uma área em construção. **Educação, Santa Maria**, v. 35, n. 1, p. 39-52, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacao>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ARRUDA, E. P. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **EmRede – Revista de Educação a Distância**, v. 7, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.aunired.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621> Acesso em: 02 ago. 2020.

BARBOSA, M. C. S.; DELGADO, A.C.C.; TOMÁS, C. A. Estudos da infância, estudos da criança: quais campos? Quais teorias? Quais questões? Quais métodos? **Inter-Ação**, Goiânia, v. 41, n. 1, p. 103-122, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ia.v40i3.35869>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 mai. 2017. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20238603/do1-2017-05-26-decreto-n-9-057-de-25-de-maio-de-2017-20238503. Acesso em: 01 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília: DF, 13 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 29 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 28 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CAMARGO, G. B. **A travessia da Educação Infantil para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental**: a experiência da criança. 2020. 114 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR/BR. Disponível em: <https://www.prppg.ufpr.br/signa/visitante/trabalhoConclusaoWS?idpessoal=58584&idprograma=40001016001P0&anabase=2020&idtc=1544> Acesso em: 03 ago. 2020.

ESCOLANO, Augustín. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In: **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Frago, Antonio Viñao e Escolano, Augustín. Trad. Alfredo Veiga-Neto. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.19-57.

JAMES, A.; PROUT, A. **Constructing and Reconstructing Childhood**. Contemporary Issues in the Study of Childhood. London, The Falmer Press, 1990.

MARCHI, R. de C. O “ofício de aluno” e o “ofício de criança”: articulações entre a sociologia da educação e a sociologia da infância. **Revista Portuguesa de Educação**, 2010, v. 23, p. 183-202.

MARTINS, B. S. O Coronavírus e as memórias do fim do mundo. **Revista Memoirs Newsletter**, Coimbra – Portugal, n. 94, março de 2020, pp 1 - 4. Disponível em: info:eu-repo/grantAgreement/EC/H2020/648624/EU. Acesso em 23 de maio de 2020.

MONTANDON, C. Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa. **Cadernos de Pesquisa**, nº 112, março/ 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/n112/16100.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

PROUT, A. Reconsiderando a nova sociologia da Infância. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.141, set./dez. 2010, p.729-750.

QVORTRUP, Jens. A infância enquanto categoria estrutural. In: **Educação e Pesquisa**, vol.36, n.2, p.631-644, 2010.

SARMENTO, M. J. As crianças e os efeitos da crise pandêmica. **Jornal Público Lisboa**. Reportagem de Opinião, 3 de Junho de 2020. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/06/03/opiniao/opiniao/criancas-efeitos-crise-pandemica-1918960> Acesso em: 03 ago. 2020.

SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. (Org.). **Crianças e miúdos: perspectivas sócio-pedagógicas da infância e educação**. Porto: Asa, 2004.

SARMENTO, M. J. Gerações e Alteridade: Interrogações a partir da sociologia da infância. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 91, maio/ago, 2005, p. 361-378.

SARMENTO, M. J. Sociologia da Infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, M. J.; GOUVEA, M. C. S (Org.). Estudos da Infância. Educação e Práticas Sociais. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. P.17-39.

SILVA, L. Currículo em tempos de pandemia: como continuar a aprendizagem? **Pedagogia em Ação**, Belo Horizonte, v.13, n. 1, 2020. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/23758/16772>. Acesso em: 28 jul. 2020.

SOARES, N. F. **Infância e Direitos: Participação das Crianças nos Contextos de Vida – Representações, Práticas e Poderes**. 2005. 492 f. Tese (Doutorado em Estudos da criança) - Universidade do Minho: Instituto de Estudos da Criança, Portugal. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6978> Acesso em: 15 jul. 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescentes 22, 47, 89, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 145, 146, 147, 258, 284, 293, 296

Agricultura convencional 149, 152

Agricultura natural 239, 242, 243, 248, 250

Agroecologia 149, 150, 152, 154, 156, 250, 283

Aprendizagem significativa 183, 184, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 228, 296

Assentamento 149, 150, 153, 154, 155, 156

C

Chikungunya 179, 180, 182

Conscientização ambiental 239

Coronavírus 195, 196, 197, 204, 205, 210

Cotas 251, 254, 257

Covid-19 195, 196, 204, 205, 209

Crianças 22, 25, 26, 35, 36, 41, 45, 47, 89, 92, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 123, 181, 184, 186, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 207, 208, 209, 210, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 236, 247, 248, 293, 296

Cuidado de si 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178

Cultura 2, 3, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 20, 24, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 48, 49, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 70, 81, 104, 129, 134, 135, 147, 191, 199, 200, 201, 202, 204, 207, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 236, 250, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 288, 298

Currículo 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 51, 63, 64, 69, 87, 91, 92, 98, 117, 203, 204, 205, 207, 210, 212, 218, 219, 220, 224, 225, 265

D

Dengue 179, 180, 181, 182

Desempenho em matemática 88, 96, 97

Direitos humanos 10, 11, 12, 13, 15, 19, 20, 25, 48, 83, 262

Diversidade 4, 10, 15, 16, 18, 33, 34, 35, 38, 40, 42, 44, 53, 54, 57, 59, 63, 64, 69, 102, 113, 202, 222, 257, 271, 281

Dualismo escolar 120, 133

E

Educação 2, 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 152, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 193, 194, 195, 196, 198, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 231, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 265, 266, 267, 284, 285, 286, 288, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298

Educação ambiental 117, 119, 238, 239, 240, 241, 247, 248, 249, 250

Educação básica 32, 71, 75, 89, 90, 100, 157, 158, 159, 160, 165, 167, 168, 183, 203, 212, 255, 256, 261, 266, 298

Educação de jovens e adultos 132, 259, 260, 261, 266, 267, 284, 285, 286, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297

Educação em direitos humanos 10

Educação em saúde 179, 182

Educação infantil 31, 66, 72, 110, 181, 203, 204, 207, 209, 226, 227, 228, 235, 237, 246, 247, 293

Educação política 1, 6, 7, 8, 9

Educação profissional 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 251, 254, 255, 257, 258, 261, 266

Ensino médio integrado 126, 251, 253, 257

Ensino profissionalizante 78, 82, 123, 126, 254

Escola 2, 5, 6, 7, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 86, 87, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 101, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 122, 124, 125, 129, 130, 150, 154, 158, 160, 163, 168, 172, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 199, 202, 203, 204, 205, 207, 210, 211, 213, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 251, 252, 254, 255, 256, 260, 262, 266, 284, 287, 288, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297

Escola pública 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 61, 110, 112, 113, 114, 116, 125, 130, 158, 163, 168, 181, 193, 223, 296

Escolarização 25, 33, 34, 37, 91, 92, 195, 196, 197, 204, 205, 207, 208, 209, 220,

251, 256, 259, 262, 263, 288, 289

Escolas técnicas 78, 124, 125, 126

Evasão escolar 73, 78, 79, 83, 84, 85, 86, 183, 184, 186, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 218, 221, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 258

F

Formação 2, 3, 4, 5, 6, 13, 19, 22, 24, 25, 27, 31, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 79, 80, 81, 86, 92, 102, 103, 105, 110, 111, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 138, 143, 144, 145, 147, 149, 153, 155, 159, 166, 172, 181, 189, 190, 191, 211, 212, 213, 216, 218, 219, 221, 223, 230, 240, 249, 255, 256, 259, 260, 261, 266, 267, 273, 279, 284, 285, 286, 287, 289, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 298

Formação escolar 284, 285, 286, 289, 291, 292, 293, 294, 296

Formação humana 5, 22, 46, 52, 120, 121, 127, 133

Formação humanística 39

Formação profissional 42, 47, 120, 124, 255, 259, 266, 287

G

Gestão democrática 66, 67, 75, 296

Gíria 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

H

Histórias de vida 285, 286, 287, 288, 292, 294, 296

I

Identidade 14, 34, 52, 63, 67, 70, 84, 134, 135, 139, 144, 145, 146, 147, 201, 214, 218, 268, 269, 270, 273, 274, 275, 276, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 286, 287, 288, 290, 292

Inclusão social 39, 42, 43, 48

Infância 22, 47, 107, 109, 112, 115, 116, 117, 136, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 209, 210, 285, 289, 295

J

Juventude 267, 268, 280, 281, 290, 292, 296

L

Linguagem 7, 13, 16, 29, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 223, 224, 230, 270, 272, 273

Literatura 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 29, 78, 219, 251, 253, 254, 255, 269,

276

M

Mundo do trabalho 23, 24, 26, 54, 259, 260, 262

N

Natureza 8, 13, 54, 62, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 126, 129, 149, 150, 152, 176, 238, 239, 240, 241, 242, 249, 256, 259, 279, 280, 287

Nível de proficiência 88, 90

Novo campo escolar 195, 196, 197, 203, 205, 207, 208

P

Parrhesía 170, 171, 176, 177, 178

Participação coletiva 66

Pedagogia de projetos 226

Políticas educacionais 1, 2, 23, 27, 29, 30, 70, 89, 92, 159, 166, 211, 213, 214, 215, 220, 222, 223

Políticas públicas 7, 26, 27, 56, 59, 78, 88, 89, 90, 99, 100, 109, 131, 186, 209, 211, 257, 259, 261

Prática pedagógica 32, 44, 69, 75, 89, 92, 177, 226

Preservação ambiental 116, 239

Privados de liberdade 134, 136, 138, 140, 142, 145, 147

PROEB 88, 89, 90, 91, 93, 98, 99, 100

Professor 14, 15, 19, 25, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 64, 67, 73, 76, 77, 78, 83, 85, 86, 90, 93, 98, 111, 112, 114, 115, 118, 137, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 170, 177, 178, 183, 189, 194, 206, 211, 213, 216, 218, 219, 222, 223, 224, 228, 229, 265, 266, 272, 294, 295, 298

Projeto político pedagógico 66, 67, 68, 69, 70, 72, 75, 76, 189, 190, 228, 295

Projeto recepção cidadã 102, 105

Q

Qualificação 41, 48, 79, 81, 82, 83, 86, 159, 160, 211, 212, 213, 223, 260, 266

R

Recurso linguístico 134, 139

S

Salário 82, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168

Saúde na escola 179, 180, 181, 182

SIMAVE 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100

Sócrates 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178

T

Teoria crítica 1, 3

Trabalho 3, 8, 10, 12, 23, 24, 26, 28, 30, 40, 41, 43, 44, 45, 54, 58, 64, 66, 67, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 85, 90, 92, 93, 98, 100, 102, 103, 104, 105, 107, 113, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 149, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 165, 166, 171, 207, 211, 213, 214, 221, 223, 226, 227, 228, 229, 234, 235, 236, 240, 241, 247, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 266, 267, 284, 287, 288, 289, 290, 291, 294, 295, 296

Z

Zika 179, 180

A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 